

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA-SC

Florianópolis, 09 de dezembro de 1999

Ano 1 Nº 18

CPE debate obras rodoviárias federais no Estado

Representantes do DNER e das empreiteiras consorciadas das obras rodoviárias federais no Estado, estiveram reunidos nesta terça-feira com os deputados Manoel Motta (PMDB) e Reno Caramori (PPB) - presidente e relator, respectivamente - da Comissão Parlamentar Externa. A comissão foi constituída para tratar das rodovias executadas pelo governo federal em território catarinense, entre elas a BR 101.

O Chefe do DNER no Estado, Roberto Ribas, falou inicialmente sobre a duplicação da BR 101. Disse que no trecho sul, de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul, apenas o projeto de duplicação está sendo elaborado. Já o trecho norte, que vai de Palhoça até a divisa com o Paraná, afirmou que já



Deputados Mota e Caramori, presidente e relator da CPE

foram executados 85% das obras. "Nossa previsão é que em julho de 2000 esse trecho esteja concluído."

O presidente da Unidade de Gerência de Projetos do DNER de Brasília, Luziel de Souza, declarou que para o trecho sul já existem recursos previstos

no orçamento da União, mas haverá no mínimo seis meses de atraso para o início das obras. "Esse período engloba a análise do projeto pelos bancos e também pelo IBAMA" falou.

O relator da CPE disse que para a BR 282, no trecho que

vai de Florianópolis até a divisa com a Argentina, já estão definidos no PPA 2000/2003 do governo federal o montante de R\$ 60 milhões. Destacou que uma das obras importantes para o Estado e que está sendo reivindicada é o contorno da Grande Florianópolis. Se a reivindicação for atendida, a obra será executada pela empresa que vencer a concorrência das três praças de pedágio em Tijucas, Araquari e

Garuva. Ao final do encontro, os deputados reivindicaram melhorias na sinalização das rodovias federais do Estado nesta temporada de verão.

Ex-interventor depõe na CPI do BESC

Página 4

Legislativo participa da XIII Feira da Esperança



Deputado Jaime Duarte visita stand da Assembleia

Pela primeira vez a Assembleia participa da Feira da Esperança, promovida pela APAE com objetivo de angariar fundos para a instituição. No stand da Alesc estarão à disposição do público, através da Internet, além da legislação do estado nos últimos dez anos, dados e informações sobre tramitação de projetos e mostra de vídeo institucional. A feira permanece aberta até o dia 12.

Conselho Técnico de Biossegurança

Página 5

Aprovado Plano Plurianual

Página 6

OPINIÃO

Problemas na rodovia SC-401



Para examinar a questão da rodovia SC-401, a Comissão de Transportes e Obras deliberou que se contratasse um profissional com experiência em auditoria e concessão. A Mesa Diretora, através de seu presidente, contratou o engenheiro Cyro Antônio Laurenza Filho. O engenheiro é presidente do Sindicato dos Arquitetos, Engenheiros e Consultores e apresentou relato fiel da situação da obra, desde a fase de licitação até a fase atual, bem como dados técnicos, jurídicos e cronograma físico e financeiro.

Várias foram as questões formuladas. "Houve irregularidades na contratação da empresa concessionária da SC-401? As obrigações da concessionária, previstas no edital, foram cumpridas? Caso negativo, por que não foram cumpridas? Quais as inadimplências hoje no poder concedente e da concessionária? Quais as porcentagens executadas de obras e

também das obrigações previstas ao governo? Quais os prejuízos que a lei de isenção pode trazer ao tema? Quais as alternativas que poderiam solucionar esses prejuízos? Cabe à Assembléia resolver a questão do impasse financeiro quanto à lei de isenção aprovada pela Casa? Que trabalho educativo e elucidativo pode ser feito com a população para uma melhor compreensão do tema concessões e, em especial, o da cobrança de pedágio?

E há tantas outras questões. E qual o problema existente? A obra não está concluída. Há a necessidade de aporte financeiro. A manutenção precisa ser feita. E é uma obra importante para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Quem fará tudo isso? O governo? A própria empresa? Ou a empresa tentará outro parceiro? Este relato fiel apresentado pelo engenheiro esclareceu dúvidas com relação aos procedimentos.

Com isto, o Legislativo prestou um grande serviço, trazendo à tona a realidade para que as partes interessadas possam buscar uma solução.

Deputado **Ciro Roza (PFL)**

Projetos de interesse dos catarinenses



Uma das funções de todo parlamentar é legislar, ou seja, fazer e decretar leis. Por meio de projetos de lei, nós deputados possuímos a prerrogativa de oferecer à população catarinense benefícios e normas que busquem, acima de tudo, o desenvolvimento do Estado com justiça e igualdade.

Este ano, no exercício do meu segundo mandato, procurei apresentar e defender matérias direcionadas única e exclusivamente ao bem estar social e econômico dos catarinenses. Embora seja representante da região Norte, uma das mais desenvolvidas de

Santa Catarina, encaminhei projetos, requerimentos e indicações com propósito de atingir todos os cidadãos deste Estado. Por isso, vale a pena ressaltar neste espaço cedido a cada um dos 40 parlamentares deste Poder alguns projetos que apresentei ao longo deste ano que se encerra.

O primeiro propõe a dispensa do pagamento de multas de trânsito aplicadas aos condutores de ambulâncias e outros veículos destinados a serviços emergenciais. Entendo que a proposta vai minimizar

dificuldades enfrentadas pelos serviços de saúde, uma vez que o dispêndio financeiro acarretado com o pagamento dessas multas, na maioria das vezes, representa carga insuportável.

Uma segunda iniciativa reconhece a Federação Catarinense de Municípios (Fecam) como entidade representativa dos municípios, para efeito de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênios com a administração pública. É de conhecimento geral que a Fecam desenvolve um trabalho relevante em prol dos municípios catarinenses, orientando e apoiando programas e atividades desenvolvidas pelas prefeituras. Portanto, nada mais justo do que valorizar o esforço dessa entidade.

Outra matéria que merece consideração, apesar da simplicidade da medida, dispõe sobre a proibição da reutilização de caixaria na embalagem de bananas. Nosso Estado é um dos mais importantes produtores do país. E a qualidade do produto é reconhecida em várias regiões. Neste sentido, a fim de garantir um processo de comercialização seguro e sem contaminação, encaminhei a proposição. Finalmente, sugeri ao texto do Plano Plurianual a alteração da redação do artigo que prevê recursos para solução das passagens de nível de Jaraguá do Sul e Guaramirim.

Deputado **Ivo Konell (PMDB)**

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos,
Maria do Carmo Kravchychyn,
Giancarlo Gianni Bortoluzzi
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

MESA

Parlasul concretiza parceria com a Argentina

Acontece nesta quinta-feira em Buenos Aires com a presença do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), o encontro entre o Parlasul e o Fórum de Legisladores do Crecenea, ocasião em que será assinado um convênio de cooperação e intercâmbio. Enquanto a primeira entidade é formada pelas Assembléias Legislativas dos três estados do sul do Brasil e Mato Grosso do Sul, o Crecenea/Litoral reúne Assembléias e Senados Legislativos das províncias argentinas de Missões, Formosa, Chaco, Corrientes, En-

tre Rios e Santa Fé.

A participação e colaboração do Crecenea nos trabalhos realizados pelo Parlasul foi uma proposta de Knaesel, que obteve a resposta imediata das autoridades argentinas. O convite para a realização da reunião na Argentina partiu do senador Antônio Prates, da província de Santa Fé.

Na busca de soluções para problemas comuns, as duas entidades levam em consideração antecedentes históricos, geográficos, econômicos, culturais, políticos e sociais, onde entendem que compartilham similaridades. Por isso decidiram denominar-se uma "sub-

região", que consolidada como tal pretende promover a unidade regional para defender seus interesses.

Protocolo

Parlasul e Crecenea pretendem buscar o envolvimento de todos os níveis governamentais e sociais que representam. Para isso o convênio de cooperação entre as duas entidades objetiva a criação de organismos, encontros e seminários parlamentares para compatibilizar normas e coordenar ações entre os legisladores dos estados e províncias da subregião.

Dando início aos trabalhos

será instalada em Buenos Aires a Comissão Parlamentar Conjunta Subregional, formada por quatro representantes de cada província do Crecenea e de cada estado do Parlasul, que coordenará e cobrará o cumprimento do Protocolo de Intenções. Em quatro meses, a partir do encontro na capital argentina, será apresentado o primeiro Plano de Tarefas. Este definirá as competências da Comissão Parlamentar Conjunta, o levantamento das relações antecedentes documentadas entre as províncias e estados da subregião, além de estabelecer as ações prioritárias.

Mata Atlântica

A descaracterização da cobertura da vegetação catarinense como Mata Atlântica foi o tema abordado pela comitativa formada pelos principais empresários da exploração madeireira do Estado. O encontro reuniu prefeitos do Norte do Estado, representantes dos sindicatos dos produtores rurais e comerciários, Fiesc, Associação Catarinense dos Processadores de Madeira, bem como da indústria carbonífera da região de Criciúma.

A comitativa pediu ao presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB) o apoio dos parlamentares catarinenses na derrubada do decreto 750, que colocou todo o território de Santa Catarina sob a descrição de Mata Atlântica. Este decreto submete toda a indústria e o comércio madeireiro e agropecuário do Estado à rigorosa regulamentação aplicada às regiões de preservação da mata de todo país.

A sugestão dos madeireiros é que a regulamentação do governo federal seja restrita às áreas e parques nacionais, deixando sob a responsabilidade da Fatma a gerência dos recursos naturais.

Knaesel sugeriu envolver o Executivo de forma definitiva na questão da Mata Atlântica catarinense, cobrando um posicionamento claro, tanto do governador Esperidião Amin, como dos três senadores em Brasília.

BR- 470 reúne Presidente Knaesel e secretário Tiscoski

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), recebeu o secretário dos transportes, Leodegar Tiscoski, nesta segunda-feira, projeto de lei que trata da tomada de medidas emergenciais de restauração e manutenção da BR-470. O projeto, aprovado ainda esta semana em regime de urgência, permitirá a abertura de licitação para a realização de serviços de preenchimento de buracos, roçada e sinalização nos 360 km da estrada. O custo destas obras foi orçado pela secretaria em R\$1,9 milhão.

Tiscoski entregou para Knaesel um documento descrevendo a atual condição da rodovia e incluindo fotos da mesma. "Todos os deputados estão conscientes da seriedade da situação. Com a proximidade da temporada de verão e o aumento do trânsito nesta estrada, a segurança da população que a utiliza deve ser assegurada, por isso a necessidade de uma medida de emergência", afirmou, lembrando ainda que a BR-470 é largamente utilizada para o transporte de cargas provenientes do oeste catarinense.



Tiscoski entrega dossiê sobre BR-470 ao Presidente da Assembléia

COMISSÕES

Francisco Grossl depõe na CPI do BESC

Um dos depoimentos mais esperados da CPI do BESC ocorreu nesta segunda-feira. O funcionário de carreira do Banco Central, Francisco Grossl, que foi interventor do BESC no período de 87/89 e Diretor Financeiro da instituição de 95 a 98, falou aos membros da comissão durante quase cinco horas. Inquirido sobre a carta do BC sobre a provável liquidação do banco, disse que não havia razão para tal. "O banco tinha patrimônio e liquidez suficientes." Ainda sobre a liquidez, Grossl foi enfático ao afirmar que em toda a história do banco o melhor nível de liquidez foi em 98. A justificativa foi que nesse ano o banco não carregava mais a dívida mobiliária do Estado, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Sobre as recomendações do Banco Central ao final de 97, de R\$ 9 milhões em ajustes regulamentares e R\$ 60 milhões em ajustes técnicos, Francisco Grossl declarou que os regulamentares foram efetuados. O depoente atribuiu às administrações anteriores os problemas financeiros do banco. "Os rombos de FCVS e custo fixo vêm lá de trás." Para o presidente da CPI, deputado Onofre Agostini (PFL), o depoimento em nada alterou o curso da comissão.



Francisco Grossl

Balanço

O atual diretor financeiro, Marcos Moser, funcionário do Banco do Brasil cedido ao BESC desde 4 de janeiro deste ano, afirmou que questões de caixa, consideradas estratégicas para o banco, como captação de mercado antes e depois de 31 de dezembro de 1998 e o balanço mês a mês em 1999, só seriam respondidas aos parlamentares em sessão secreta, o que acabou acontecendo.

Deputados propõem novo plano de saúde para SC

Foi protocolado nesta semana na Assembléia projeto de lei complementar que propõe que o IPESC volte a ser responsável pela administração, operacionalização e prestação de serviços decorrentes do Plano de Assistência à Saúde em Santa Catarina. A iniciativa partiu dos deputados petistas Volnei Morastoni, Ideli Salvatti e Pedro Uczai, que não concordam que o governo desembolse de 400 a 500 mil reais, mensalmente, para um plano de saúde privado — a Unimed — para prestar assistência de saúde à população (o contrato com a Unimed vence em fevereiro do próximo ano).

Na justificativa do projeto, os deputados alegam que o IPESC já dispõe

de toda a estrutura necessária para a prestação dos serviços como funcionários e agências instaladas nos municípios pólos do Estado. A proposta é resultado de uma audiência pública realizada pela Comissão de Saúde, da qual Volnei Morastoni é presidente, e que reuniu dezenas de entidades ligadas ao setor de saúde no Estado.

A proposta prevê também a criação de um conselho que ficará responsável pela supervisão e fiscalização do PLAM. O conselho seria composto por quatro representantes do governo e quatro indicados pelas entidades sindicais dos servidores públicos estaduais.

Bolsas irregulares na Univali

Com o objetivo de verificar as denúncias de possíveis irregularidades quanto à distribuição de bolsas de estudo nas universidades do Estado, os deputados que integram a Comissão Parlamentar Externa (CPE) visitaram na semana passada a Univali, em Itajaí.

O presidente da CPE, deputado Jorginho Mello (PSDB), acompanhado do relator Pedro Uczai (PT) e dos demais deputados Ivan Ranzolin (PPB), Manoel Mota (PMDB) e Ciro Roza (PFL) constataram algumas veracidades nas reclamações, tanto é que cinco acadêmicos beneficiados com bolsas de estudo perderam a ajuda financeira.

"Nestes casos os acadêmicos omitiram informações verdadeiras no preenchimento do questionário de requisição das bolsas, daí a perda do benefício. A partir de agora, a reitoria da Univali e nós deputados estaremos corrigindo estas deficiências nos cadastros para mostrar a todos os catarinenses que dinheiro público tem que ser aplicado com lisura e decência. Nosso papel quando da visita à universidade foi de fiscalizar a concessão dos benefícios e desta forma garantir condições ao acadêmico menos favorecido de continuar estudando", disse o parlamentar.

Mello garante que este primeiro trabalho de investigação da CPI foi produtivo e a FURB de Blumenau deverá ser a próxima universidade a ser visitada pela Comissão.

Informativo sobre receita e despesa

Por iniciativa do deputado Altair Guidi (PPB) os membros da Comissão de Fiscalização e Controle estão sugerindo ao Secretário da Fazenda que realize estudos para editar informativo sintético que, levado a público, proporcione melhor compreensão das formas pelas quais é realizada a receita estadual, e que fale das atividades e dos programas que consomem os recursos públicos estaduais. Entendem que um documento como este poderia ampliar os conhecimentos da sociedade sobre a efetividade dos valores atinentes à receita e despesa.

PLENÁRIO

Alterada idade para transporte gratuito aos idosos

As votações em plenário desta terça-feira foram acompanhadas por um público muito especial. Idosos de várias regiões do Estado viajaram até a Capital para acompanhar de perto o Projeto de Emenda Constitucional de autoria do deputado Pedro Uczai (PT) que concede aos maiores de sessenta anos a gratuidade dos transportes coletivos nas linhas municipais e intermunicipais catarinenses, cabendo aos poderes concedentes a forma de viabilização deste benefício.

A redação anterior estabelecia que o benefício seria concedido a pessoas acima de sessenta e cinco anos, nas linhas urbanas e intermunicipais de características urbanas. A proposição tratou de adequar a legislação estadual aos preceitos da legislação federal, que dispõe sobre a política nacional do idoso e que estabelece que idoso, para efeitos da lei, toda a pessoa com mais de sessenta anos.



Deputado Pedro Uczai cumprimenta idosos

(foto Jonas Lemos Campos)

Governamental

Também para garantir melhor qualidade de vida às pessoas da terceira idade está em tramitação na Assembléia projeto enviado pelo Executivo que trata

especialmente da Política Estadual do Idoso, e que, da mesma forma, estabelece a idade de 60 anos para os benefícios.

FÓRUM PARLAMENTAR SC SÉCULO XXI

Projeto de Resolução de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) foi aprovado e criou o Fórum Parlamentar Santa Catarina – Século XXI, com sede na Assembléia Legislativa Catarinense, que deverá funcionar até dezembro de 2000. Compete ao fórum debater políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado; promover a aproximação dos setores público e privado em torno de debates sobre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, com vistas à obtenção de maior equidade social, assim como debater as diversidades regionais.

O parlamentar busca também discutir as funções públicas e suas formas de atuação; promover a discussão entre os diversos órgãos estaduais objetivando relacionar programas e planos a serem implantados; propor soluções e sugerir proposições legislativas aos poderes para adequar as funções estatais às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado.

Criado Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança

Todas as atividades de pesquisa e experiências com produtos transgênicos no Estado terão que ser aprovadas pelo Conselho Técnico Catarinense de Biossegurança – CTCBio. A criação do órgão regulador se prende ao substitutivo global dos projetos de lei 229 e 230, dos deputados Neodi Saretta (PT) e Rogério Mendonça (PMDB). Vinculado ao Poder Executivo, o conselho tem a finalidade de deliberar sobre pesquisas, experiências e testes desenvolvidos por empresas, universidades e institutos de pesquisas nacionais ou estrangeiros nas áreas da Engenharia Genética, Biotecnologia e Organismos Geneticamente Modificados – os transgênicos.

A partir de agora todas as atividades dessas três áreas que serão desenvolvidas no Estado deverão ter parecer do conselho. Quem infringir a lei receberá desde advertência até o cancelamento do registro ou autorização para o funcio-

namento do local onde são realizadas as pesquisas. O conselho será composto por representantes do governo, legislativo, comunidade científica, organizações sociais representativas de trabalhadores e empresários.

Identificação de transgênicos

Por sua vez projeto de lei de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), também aprovado, torna obrigatória a identificação pelas indústrias de produtos alimentícios do Estado, na embalagem ou rótulo dos produtos destinados à alimentação humana e animal, de que os mesmos contêm ou não substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados (OGMs). Estabelece que o descumprimento dos critérios estabelecidos nesta lei acarretará multa à indústria infratora no valor de mil UFIRS por unidade do produto.

PLENÁRIO

Despachantes são beneficiados com derrubada de veto

Vinte e dois deputados rejeitaram veto governamental ao projeto do deputado Jorginho Mello (PSDB), que alterou a lei 10.609/97 que dispõe sobre a atividade de despachante de trânsito. De acordo com o projeto original é permitido ao despachante de trânsito efetuar vistoria em veículos automotores, quando do licenciamento, na forma estabelecida e regulamentada pelo Departamento Estadual de Trânsito, executar serviços relativos a emissão e regularização de documentos de veículos, além de outras atribuições.

Mantidos

No entanto, os parlamentares mantiveram todos os oito vetos pautados nesta semana. São eles: ao projeto que dispõe sobre a promoção dos policiais civis, no tocante à contagem do tempo de serviço relativo ao exercício de cargos em comissão, funções de confiança e outros; ao

projeto que pretendia reduzir de 12% para 7% a alíquota do imposto incidente sobre mercadorias consideradas de consumo popular; ao que determinava o fornecimento de relação de presidiários, que tem vínculo empregatício, para a Caixa Econômica Federal, para o recebimento do PIS; ao que ampliava as atribuições do Conselho Estadual de Saúde; ao projeto de lei que criava isenção tributária da Taxa de Serviços de Segurança Preventiva que deveria ser paga por serviços de segurança feitos pela Polícia Militar a eventos promocionais; ao que também isentava da Taxa de Serviços Gerais para fornecimento de Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda para micro e pequenas empresas; ao que eliminava a multa quando da transferência de veículo fora do prazo e ao projeto de lei que criava o Programa de Incentivo à Doação de Órgãos.

Criminalidade será divulgada

O Executivo deve manter organizado banco de dados destinado a dar publicidade de índices sobre violência e criminalidade, além de instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado. Projeto neste sentido de autoria do deputado Cesar Souza (PFL) foi aprovado.

Os números apurados serão publicados pela Secretaria de Segurança Pública, semestralmente, no Diário Oficial, tratando-se de atividade policial e penitenciária, organizados por região e com destaques das três maiores cidades.

Projetos para área da saúde

Os estabelecimentos que prestam serviços de saúde serão obrigados a adotar plano de gerenciamento dos resíduos. Com este projeto o deputado Jaime Duarte (PPS) busca garantir que os resíduos capazes de causar infecção, produtos químicos perigosos, medicamentos vencidos, contaminados, interditados ou não utilizados, objetos perfurocortantes efetiva ou potencialmente contaminados e rejeitos radioativos tenham destinação compatível com o grau de periculosidade. A geração, manuseio, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento interno e externo e transporte interno dos resíduos destes serviços obedecerá as disposições do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ficando a fiscalização com os órgãos de controle ambiental.

Teste anti-HIV

Também de autoria de Duarte foi aprovado projeto garantindo que as mulheres têm o direito de requerer, gratuitamente, o teste sorológico anti-HIV dos prestadores de serviços do SUS, como exame complementar dos cuidados do pré-natal.

Câncer de mama

Deste ano em diante o governo destinará a segunda semana do mês de dezembro para promoção de campanha de esclarecimento sobre a importância de realização de exames periódicos de prevenção da doença. Neste sentido foi aprovado projeto de lei da deputada Odete de Jesus Nascimento (PPB) que inclui no calendário oficial do Estado a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama.

Aprovado o Plano Plurianual de Investimentos

O Plenário aprovou nesta quarta-feira o parecer do relator, deputado Paulo Bornhausen (PFL), ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo do Estado, período 2000-2003, quando 70% das emendas foram rejeitas e 140 delas incluídas no plano. O parlamentar declarou que, após um entendimento firmado entre as bancadas, os programas estabelecidos com o Executivo envolvendo municípios e regiões não vão sofrer nenhum prejuízo, tratando-se em sua maioria de construção de estradas, obras de assistência social e de geração de emprego. "Durante os quatro anos do PPA as obras de interesse do governo poderão ser incluídas tanto no plano como no orçamento, cabendo o crédito das mesmas aos deputados".

Orçamento Regionalizado

O deputado Neodi Saretta (PT) demonstrou preocupação com o fato de que apenas 44 das 243 emendas colhidas nas audiências públicas do OR foram aprovadas. "O PT apresentou poucas emendas individuais e por bancada para dar maior atenção às emendas do Orçamento Regionalizado", protestou o parlamentar.

Vagas na Udesc

Aprovado projeto de lei nº 211, do deputado Paulo Bornhausen (PFL), que prevê reserva de vagas na Udesc para alunos oriundos de escolas públicas do Estado.

O projeto garante que no mínimo 50% das vagas de todos os cursos de graduação dessa universidade sejam reservadas para alunos que tenham cursado o ensino fundamental e médio na rede pública. O projeto recebeu quatro emendas e uma delas determina que o estudante aprovado no sistema de reserva de vagas não poderá estar matriculado simultaneamente em outra instituição pública de ensino superior.

Para o autor do projeto, "são marcantes as injustiças existentes nos processos seletivos para ingresso no ensino superior, causadas pela desigualdade de competição entre os alunos que realizam o vestibular".

Divisas intermunicipais do Estado

Proposta de origem governamental aprovada consolida as divisas intermunicipais de Santa Catarina, abrangendo os 293 municípios e com a divisão territorial atualizada de 5 em 5 anos a partir de 2005. A medida é de grande interesse dos administradores públicos, já que os municípios em razão da

indefinição de seus limites sofrem com problemas de ordem política, administrativa e financeira. Segundo o projeto, desde 1954 nenhuma lei foi expedida com o objetivo de reorganizar o quadro político-administrativo do Estado, que, na época, possuía apenas 67 municípios.

Jateamento de areia prejudica saúde do trabalhador

O deputado Volnei Morastoni (PT) está cobrando urgência ao Governador do Estado na regulamentação da lei 10.622, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a proibição da utilização do jateamento de areia a seco para limpeza e reparo e adota outras providências. O parlamentar alerta que a providência é

necessária considerando a importância da lei para o meio ambiente do Estado e, em especial, para a saúde do trabalhador. Lembra que a lei determinava o prazo de 90 dias para sua regulamentação a partir de sua publicação e que a partir daquela data já se passou um ano e oito meses.

Isenção do Ipesc

O servidor inativo do Estado de Santa Catarina que comprovadamente não possui dependentes qualificados legítimos ou ilegítimos poderá

ficar isento do desconto ou recolhimento ao Fundo de Pensão – IPESC. Este é o teor de projeto de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL).

Revistas as normas do Fundo de Reparcelamento da Justiça

De procedência do Poder Judiciário, foi aprovado projeto de lei complementar que dispõe sobre o Fundo de Reparcelamento da Justiça. - FRJ. O projeto recebeu um substitutivo global de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB), relator na Comissão de Justiça, que aperfeiçoou o texto original. De acordo com a matéria a metade da receita do FRJ, originária de atos e serviços notariais e registrares, será destinada à construção, recuperação e manutenção de unidades prisionais, através do Fundo Penitenciário do Estado de SC (Fupesc) e

para construção, recuperação e manutenção dos estabelecimentos de proteção aos direitos da criança e do adolescente, de responsabilidade do Estado.

Da receita arrecadada dos atos e serviços notariais e registrares, 5% serão atribuídos, em parte iguais, para fins de aprimoramento profissional de seus associados. É vedada a aplicação de quaisquer recursos do FRJ em despesas de pessoal, exceto para a contratação de estagiários e para instalação de Varas, Comarcas e Promotorias de Justiça.

Regulamentação de leis

Os deputados Volnei Morastoni e Ideli Salvatti (PT) estão solicitando ao Governador do Estado e ao Secretário da Saúde providências urgentes visando a regulamentação das seguintes leis: Lei 10.078, de 02 de abril de 1996, que torna obrigatória a inclusão de programas de prevenção à AIDS e doenças sexualmente transmissíveis no conteúdo didático ministrados pelas

escolas públicas estaduais; Lei 11.063, de 28 de dezembro de 1998, que autoriza a Secretaria da Saúde a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas e Lei 11.075, de 11 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de mensagens de prevenção às DST/AIDS em eventos de massa e nos anúncios e programas que sugerem prática de sexo.

Crédito para vinicultores

Buscando assegurar benefícios às indústrias vinícolas catarinenses que nos últimos anos enfrentam sérias dificuldades, garantindo a distribuição e a saída do produto que será engarrafado, já comercializado, o deputado Reno Caramori (PPB) apresentou sugestões ao Secretário da Fazenda. A proposta visa a prorrogação do prazo do crédito presumido nas operações de saída de vinho nos mesmos termos dos

convênios ICMS 95/96, 121/97, 23/98 e 05/99, até o dia 31/12/2000.

Segundo Caramori é imprescindível que o governo, na próxima reunião do Confaz, assegure a prorrogação do prazo deste crédito oportunizando às indústrias o aproveitamento do crédito equivalente a 25% do valor do imposto incidente nas operações interestaduais com alíquota de 12%, e crédito equivalente a 30% nas operações internas.

Indagações sobre assuntos educacionais

O líder do PT, deputado Francisco de Assis, fez pedido de informação ao Governador referente aos Especialistas em Assuntos Educacionais aprovados no concurso realizado em 1998. Solicita o fornecimento das listas dos aprovados no concurso e daqueles que foram nomeados; número de vagas existentes nas unidades escolares e número de vagas ocupadas por professores não especialistas em assuntos educacionais. Indaga, também, se existem vagas para esses profissionais nas escolas e por que razão o governo não faz a nomeação dos especialistas.

Professores

Já o deputado Pedro Uczai

(PT) apresentou pedido de informação à Secretária da Educação, indagando sobre o número de professores efetivos existentes no Estado e quantos foram admitidos em caráter temporário em 1998; quantos efetivos em 1999 e quantos professores foram admitidos em caráter temporário nos mesmo anos.

Ensino Médio

Também à Secretária de Educação Uczai solicita informações sobre a relação de processos de criação de cursos de ensino médio para Chapecó. Quer saber ainda o nome das escolas onde os cursos serão instalados, número de alunos beneficiados e em que estágio se encontram os processos.

ESPECIAL

Livro conta história do Estado nos últimos 100 anos

“Santa Catarina no Século XX – Ensaio e Memória Fotográfica” é o título do livro lançado na Assembléia. A obra, de 246 páginas tem como autores Sílvio Coelho dos Santos, Alcides Abreu, Carlos Humberto Corrêa, Hoyêdo Nunes Lins e Paulo Fernando Lago.

A história do Estado é retratada a partir de 1900 e destaca a modernidade que chega a Santa Catarina através da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande; as características físicas do território catarinense e o potencial sócio-cultural e seus habitantes; o desenvolvimento intelectual e artístico de Santa Catarina e um balanço crítico do passado e a interrogação sobre as possibilidades do presente, destacando os desafios da globalização e do Mercosul.



Governador Amin prestigia lançamento

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputada Odete homenageia bispo

Sessão solene na última quinta-feira prestou homenagem ao bispo Jerônimo Alves, da Igreja Universal do Reino de Deus.

A deputada Odete de Jesus do Nascimento (PPB), que também é pastora, foi a autora da proposição. “Esta é uma forma de reconhecer as atividades desenvolvidas pelo bispo através de seu espírito de dinamismo, liderança, companheirismo e lealdade”.

Segundo a parlamentar, Jerônimo Alves é o responsável por todas as unidades da igreja no Estado – hoje, um total de 165. Disse também que a Universal está crescendo em Santa Catarina e que por semana uma média de cinco novas unidades são implantadas. Somente na principal igreja da congregação, na Capital, existem cinco mil integrantes.

Deputado paranaense é lembrado na AL

Falecido no dia 30 de agosto último, aos 75 anos, quando ocupava o cargo de presidente da Assembléia do Paraná, Aníbal Khury foi homenageado em sessão solene na última semana atendendo solicitação do deputado Rogério Mendonça (PMDB). A cerimônia comandada pelo presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), contou com a presença de familiares do homenageado, secretários de Estado, parlamentares e políticos daquele vizinho estado, assim como da vice-governadora Emília de Salles Belinati.

Ao narrar da tribuna a carreira política de Khury, Mendonça destacou que ele foi criado e teve durante 50 anos de vida pública como base a cidade de

União da Vitória, mas nasceu em Porto União, sendo então catarinense. “Dizia-se filho do Contestado e seu sonho maior era assistir à integração entre as cidades-gêmeas, separadas apenas pela linha do trem” falou, lembrando da perseguição sofrida durante o regime militar e a volta à cena política em 1982 pelo PP de Tancredo Neves. Classificou-o de mestre da política ao se eleger por nove vezes deputado estadual e por participar ativamente de iniciativas em prol dos paranaenses.

O deputado Adelor Vieira (PFL) atestou sua admiração pelo político e amigo e lembrou o legado de trabalho deixado por Khury.

Agenda

Dia 13, às 9h, CPI do BESC, depoimento dos ex-secretários de Finanças da Prefeitura de Florianópolis, Antonio Carlos Vieira e Mario Zimmermann.

Local: Plenarinho

Dia 13, às 9h, audiência pública para debater a respeito do PL que cria a Agência Catarinense de Regulamentação e Controle - SC/ARCO

Local: Plenário

Dia 13, às 19h, lançamento do livro “Adolescência aos 40 anos”, da escritora Valéria Gonçalves.

Local: Galeria de Arte da Alesc

Dia 14, às 10h, reunião da Comissão de Finanças - apresentação do relatório final do Orçamento

Local: Sala das Comissões.